



## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL BRASÍLIA/DF, 16 DE MARÇO DE 2006.

#### ATA DA XV REUNIÃO DO CONSEA

- 1• Às nove horas e cinquenta minutos do dia dezesseis de março do ano de dois mil e  
2 seis, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes,  
3 s/no, Brasília/DF, por convocação do Sr. Presidente, Francisco Menezes, foi realizada a  
4 XV Reunião do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de  
5 assessoramento do Presidente da República, constituído através da Lei 10.683, de 28  
6 de maio de 2003, em seu Artigo 1o., Parágrafo 1o. Inciso III, e regulamentado pelo  
7 Decreto nº 5079, de 12 de maio de 2004, alterado pelo Decreto nº 5303, de 10 de  
8 dezembro de 2004. **PRESENTES:** Registrou-se a presença dos membros representantes  
9 da Sociedade Civil: Alberto Ercílio Broch; Ana Lúcia Pereira; Ana Maria Salles Placidino;  
10 Ariovaldo Ramos dos Santos; Azelene Inácio Kaingang; Carlos Eduardo Oliveira de  
11 Souza Leite; Carlos Roberto Faccina; Cleisa Brasil da Cunha Cartaxo; Dulce Terezinha  
12 Oliveira Cunha; Elido Bonomo; Elza Maria Franco Braga; Francisco Antonio da Fonseca  
13 Menezes; Gleyse Maria Couto Peiter; Jorge Luiz Numa Abrahão; José Ribamar Araújo e  
14 Silva; Marcos César Simarelli Winter; Maria Emília Pacheco; Moisés Machado; Naidison  
15 Quintella Baptista; Padre Matias Martinho Lenz; Pastor Rolf Schünimann; Pastor  
16 Werner Fuchs; Regina da Silva Miranda; Renato Sérgio Maluf; Sônia Lúcia Lucena  
17 Souza de Andrade; Suely Nazaré de Oliveira Linhares; Ubiraci Dantas de Oliveira; Zilda  
18 Arns. Registrou-se as presenças dos seguintes suplentes dos representantes da  
19 Sociedade Civil: Adriano dos Santos Martins; Aldenora Pereira da Silva; Christiane  
20 Gasparini Araújo Costa; Estanislau da Silva Salles; José de Arimatéia Rodrigues; Meiry  
21 Andréa Borges David; Pedro Makumbundu Kitoko; Pedro Simão Filho; Sillas Vieira.  
22 Registrou-se a presença dos representantes dos Ministros no CONSEA: Roque  
23 Grazziotin – Ministério da Educação; Maria Flor de Lis Sousa Lopes – Ministério do

24 Trabalho e Emprego; Clóvis Sardinha – Ministério da Agricultura, Pecuária e  
25 Abastecimento; Márcia Lopes – Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento  
26 Social e Combate à Fome; Ana Beatriz Vasconcellos – Ministério da Saúde; Leinad Ayer  
27 – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; Gilson Alceu Bittencourt – Ministério da  
28 Fazenda; Paulo Sérgio Castilho – Assessor Especial da Secretaria Geral; Mônica Maria  
29 Libório Feitosa de Araújo – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.  
30 Registrou-se a presença dos membros observadores: Selvino Heck, Assessoria Especial  
31 da PR; Nildes de Oliveira Andrade, Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição;  
32 Ana Lúcia Starling, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; José Tubino,  
33 FAO Brasil; Flávio Luiz Schieck Valente, Relatoria do Direito Humano à Alimentação.  
34 Registrou-se a presença dos seguintes convidados e assessores: Adriana Aranha -  
35 MDS; Aline Diniz Caldas – FUNASA; Ana Cláudia Vasconcelos – SESAN/MDS; Clenivalda  
36 F. Santos – SESAN/MDS; Alexandre Padilha – DSEI/FUNASA; Cibele Cristina de Oliveira  
37 – MDS; Crispim Moreira – MDS; Denise Oliveira – FIOCRUZ; Eloina Elena Cangiani –  
38 MCT; Igor da Costa Arsky – MDS; Jader José de Oliveira – MDS/SESAN; Lana Magali  
39 Pires – MCT; Lucélia Luiz Pereira; José Rogério C. Tomaz Júnior – ABRANDH; José  
40 Antonio Medina – MMA; Marcos Dal Fabbro – MDS/SESAN; Lylia Galetti – MMA/SDS;  
41 Milton Rondó Filho – MRE; Nilson Figueiredo Filho – MDS; Rafael Rosa Cedro – MDA;  
42 Roseane Viana – MDS; Ivo Roberto Sias – EMBRAPA; Rosângela Rossi – AESP/PR;  
43 Adriana Santos – AESP/PR; Sônia Alves – Min. Cidades/CP Semi-árido; Terezinha Dias  
44 – EMBRAPA; Terezinha Maglia – MRE; Laura Fernandes, Assessoria de Comunicação -  
45 ASCOM/CONSEA; Aloisio Melo, CONSEA; Registrou-se as ausências: Altemir Tortelli  
46 (Justificada); Ana Maria Petronetto Serpa (Justificada); Danilo Miranda (Justificada);  
47 Dom Mauro Morelli (Justificada); Delzi Maria de Araujo Castro (Justificada); Edmar  
48 Guariento Gadelha (Justificada); Lea Lúcia Cecílio Braga(Justificada); Luiz  
49 Marinho(Justificada); Malaquias Batista Filho (Justificada); Márcio Lopes  
50 Freitas(Justificada); Silvio Caccia Bava (Justificada); Walter Belik (Justificada).  
51 PERÍODO DA MANHÃ - Aprovação das Atas da XIII e XIV Plenárias e da Pauta – 9h às  
52 9:30; Informes – 9:30 às 10h; Orçamento de SAN – Execução em 2005 – 10h às  
53 10:45; Apresentação do Balanço da Execução Orçamentária 2005; Debate. Projeto de  
54 Lei de Alimentação Escolar – 10:45 às 12h; 4.1 - Apresentação da proposta; 4.2  
55 Pronunciamento da Câmara Temática 3 – SAN de Grupos Populacionais Específicos; 4.3  
56 Debate e encaminhamentos. PERÍODO DA TARDE - Encontro Nacional – 14h às 15:30;  
57 Apresentação da proposta: Definições gerais; Estrutura do documento-base;  
58 Apresentação da proposta de mobilização; Debate e encaminhamentos; Planejamento

59 do CONSEA em 2006 – 15:30 às 17h; Apresentação da proposta de Planejamento;  
60 Discussão e encaminhamentos. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS: O Senhor  
61 Francisco Menezes iniciou os trabalhos às 09h50, saudando a todos os conselheiros,  
62 justificando a ausência do Secretário do Conselho, o Ministro Patrus Ananias que se  
63 encontra em Washington por ocasião da reunião do Banco Mundial tratando de  
64 convênios do Programa Bolsa Família, sendo representado na reunião pela Secretária  
65 Executiva Dra. Márcia Lopes. Francisco Menezes também anunciou a presença do  
66 Secretário Andrés Beltran, da Guatemala e do Deputado Feu Rosa, relator da LOSAN  
67 na Câmara dos Deputados/Comissão de Seguridade, Saúde e Família. O presidente do  
68 Consea apresentou, ainda, a cópia da Lei de Segurança Alimentar da Guatemala, que  
69 seria distribuída a todos os conselheiros. Logo após, justificou a realização da plenária  
70 em meados do mês de março, que foi uma proposta dos coordenadores das instâncias  
71 e que estaria juntando as plenárias de fevereiro e março. Francisco Menezes justificou  
72 a ausência da ata da plenária de novembro, dizendo que a mesma seria enviada em  
73 breve e solicitou que as alterações fossem enviadas por e-mail. Em relação à pauta da  
74 plenária, Francisco Menezes comunicou que o Projeto de Lei da Alimentação Escolar  
75 havia ficado pronto, porém precisou ser revisado pela área jurídica do FNDE, o que  
76 causou o atraso do seu envio ao Consea e a conseqüente não discussão pela Câmara  
77 Temática 3. Desta forma, decidiu não colocar em discussão nesta plenária o PL da  
78 Alimentação Escolar, ficando, assim, para ser discutido na próxima plenária. Tal  
79 situação acarretaria a antecipação do ponto sobre o Encontro Nacional para a manhã.  
80 Aprovou-se a proposta de pauta. A seguir, convidou o deputado Feu Rosa para compor  
81 a mesa. Em seguida, passou a palavra para a Secretaria Executiva do MDS, Márcia  
82 Lopes, que apresentou alguns informes. Márcia Lopes justificou a ausência do Ministro  
83 Patrus Ananias, pelos mesmos motivos já ditos anteriormente. Falou sobre a  
84 expectativa da aprovação da LOSAN o mais rápido possível, de forma a viabilizar, ainda  
85 este ano, a articulação com os estados e municípios. Márcia Lopes apresentou também  
86 a publicação “Agenda de Compromissos da Família”, com informações sobre os  
87 Programas, direitos, deveres, etc. Apresentou, ainda, um material sobre números do  
88 registro civil, deixando material sobre dados de municípios com baixa cobertura, citou  
89 casos de municípios cuja cobertura de registro de nascidos vivos era de 5%,  
90 demonstrando a gravidade da situação e necessidade de esforço nacional para a  
91 superação destes índices. Informou a ausência da representante do MDS no Consea,  
92 Adriana Aranha, que estaria participando da 33ª reunião do Comitê de Nutrição da  
93 ONU, sendo substituída por Roseane. Em seguida, Francisco Menezes informou sobre a

94 Conferência Internacional da Reforma Agrária ocorrida em Porto Alegre, que teve a  
95 participação do Padre Martinho representando o presidente do Consea, além da  
96 participação de outros conselheiros e que havia um relato por escrito. Apresentou,  
97 ainda, um documento elaborado pela assessoria de comunicação do Consea, dando  
98 orientações aos conselheiros sobre relacionamento com a imprensa. Francisco Menezes  
99 informou que, em conversa com a assessoria da Presidência da República, houve a  
100 concordância quanto a extensão do mandato dos atuais conselheiros até a III  
101 Conferência, ficando a Presidência do Consea incumbida de enviar a lista completa. As  
102 vagas dos 3 conselheiros desistentes, D. Mauro Morelli, Plínio de Arruda Sampaio e  
103 Romário Rosseto seriam preenchidas da seguinte forma: Pastor Sillas, que era suplente  
104 de D. Mauro passa à condição de titular e Adriano Martins, como reconhecimento de  
105 suas contribuições ao Consea, seria alçado para a condição de titular, saindo da  
106 suplência do Caê, que deveria, então, indicar novo suplente. Em seguida, passa a  
107 palavra ao deputado Feu Rosa, relator do Projeto de Lei Orgânica de Segurança  
108 Alimentar e Nutricional (LOSAN) junto a Comissão de Seguridade Social e Família da  
109 Câmara dos Deputados (CSSF). O Deputado agradeceu o convite, saudou a mesa e os  
110 presentes e disse que estaria ocorrendo um avanço, com a colocação de mais um tijolo  
111 para a construção da LOSAN; disse que logo após a sua indicação para a relatoria do  
112 PL, teve uma boa conversa com o Presidente do Consea, Francisco Menezes; relatou a  
113 inauguração do Banco de Alimentos da Grande Vitória, com grande número de  
114 presentes e que, em seguida, ocorreu o 5º Encontro Nacional de Fé e Política, com um  
115 painel sobre SAN e fome, com exposição do assessor da PR Selvino Heck. Quanto a  
116 LOSAN, o Deputado ponderou que ficou honrado com a indicação para a relatoria do  
117 PL, falando ainda de antiga militância no Comitê de Combate à fome da Universidade  
118 Federal do Espírito Santo. Considerou que há pouco a acrescentar no texto do projeto  
119 e que, se houver, seria na questão dos termos e não na parte substancial e que o  
120 objetivo era ganhar tempo. Parabenizou o Conselho pela proposta e viu a perspectiva  
121 de saída do Projeto da CSSF na segunda quinzena de abril. O Presidente Francisco  
122 Menezes agradeceu a presença e a disposição do Deputado em promover esse  
123 importante laço entre o CONSEA e o Congresso Nacional para a mobilização e posterior  
124 aprovação da Lei. Informou que, como o PL havia sido enviado ao Congresso como  
125 prioritário e, não havendo emendas de mérito ao mesmo, poderia chegar ao Senado  
126 em maio, data marcada para ocorrer o Encontro Nacional, podendo ser aprovado ainda  
127 nesta legislatura. Em seguida convidou o Secretário de Segurança Alimentar e  
128 Nutricional da Guatemala, Andrés Beltran, a tomar a palavra. O Secretário fez um

129 breve relato de sua visita ao Brasil com o propósito de compartilhar ações e propostas  
130 de descentralização de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional. Segundo  
131 ele, Brasil e Guatemala assinaram, em março do ano passado, um convênio de  
132 cooperação técnica nas questões de segurança alimentar e nutricional e, desde então,  
133 trocam experiências nesta área. Esta cooperação envolve temas como mobilização  
134 social, descentralização da política de segurança alimentar e nutricional, além das  
135 políticas de comunicação e de promoção da cidadania e educação alimentar. Andrés  
136 Beltran ressaltou, durante a reunião, que tem aprendido muito com a experiência  
137 brasileira e que tem compartilhado, com o Governo Federal, as práticas adotadas pelo  
138 governo da Guatemala. Abordou a situação difícil de seu país, no qual 50% da  
139 população é indígena e a concentração de renda muito alta. Sobre o enfoque em SAN  
140 e combate à fome comentou que as ações nesta linha tiveram início havia apenas 2  
141 anos e que, antes, haviam pequenas ações no âmbito do Ministério da Agricultura.  
142 Disse ter falado com o Presidente e o vice do seu país de que as políticas de SAN  
143 deveriam ter um caráter firme e duradouro, com a participação da sociedade civil e  
144 que, para isso, estivera no Brasil, com o MDS e Consea. Constatou a necessidade de  
145 mais unidade entre setores que viviam em conflito, para avançar e chegar a uma  
146 política com os seguintes princípios: solidariedade, transparência e soberania  
147 alimentar. Falou, ainda, da Lei de SAN aprovada em 2005, e do CONASAN, com 1/3 de  
148 representantes da sociedade civil. Chico Menezes agradeceu a presença do Secretário  
149 e em seguida passou ao ponto seguinte da pauta. Considerando os problemas de  
150 energia, a pauta foi invertida, sendo os itens de orçamento e execução remanejados  
151 para o período da tarde, uma vez que necessitariam da utilização de equipamentos  
152 visuais. Assim passou-se para o item Encontro Nacional. O conselheiro Adriano Martins  
153 iniciou a apresentação falando do contexto do Encontro, objetivos, produtos  
154 esperados, etc. Após três anos de funcionamento do CONSEA, cujo mandato está em  
155 vias de se encerrar junto com o do atual governo, e decorridos dois anos da realização  
156 da II Conferência, julgou-se oportuno realizar um encontro com ampla participação,  
157 reunindo integrantes do CONSEA e representações dos CONSEA's estaduais. Seriam  
158 quatro os objetivos do Encontro: realizar um balanço da implementação das propostas  
159 da II Conferência, ressaltando que não se tratava de uma avaliação; avançar na  
160 implementação do Sistema e da Política de SAN, em face da aprovação da LOSAN;  
161 iniciar o processo preparatório da III CNSAN, prevista para 2007 e gerar espaços de  
162 discussão de SAN, visando a consolidação dessa política e a articulação dos atores. Os  
163 produtos esperados do Encontro Nacional seriam os seguintes: (i) Declaração a ser

164 entregue ao Exmo. Sr. Presidente da República ao final do evento e aos demais  
165 candidatos à Presidência da República no 2º Semestre de 2006, com a ressalva de que  
166 houve um questionamento na CP3 no dia anterior e a proposta de que o Fórum  
167 Brasileiro de SAN e as redes deveriam elaborar documento e encaminhar aos  
168 candidatos, com caráter de carta compromisso; (ii) Documento substantivo e analítico  
169 com o balanço das ações, destinado ao Governo Federal e aos Consea's estaduais e  
170 Documento síntese do balanço das ações a ser destinado aos participantes da II  
171 Conferência Nacional, às entidades e movimentos sociais e aos demais conselhos  
172 nacionais de políticas públicas; (iii) Agenda de Mobilização para a LOSAN e (iv)  
173 Mobilização para a III CNSAN. O conselheiro Adriano Martins abordou, ainda, a  
174 proposta de pauta do Encontro, ainda em versão preliminar: O primeiro dia (22) teria o  
175 período da manhã para credenciamento, recepção dos participantes e abertura e no  
176 período da tarde apresentação do balanço, seguido de debate com um representante  
177 da sociedade civil, um representante do governo e mais um terceiro convidado. Na  
178 manhã do dia (23) os grupos fariam discussões por eixos temáticos e logo após  
179 reuniriam-se em plenária; no período da tarde seriam feitas discussões e  
180 apontamentos para a III CNSAN, além da aprovação da declaração política do encontro  
181 a ser entregue ao Presidente. Na manhã do dia (24) está prevista a realização do ato  
182 de mobilização no Senado Federal sobre a Lei Orgânica de SAN. Neste mesmo dia, à  
183 tarde, seriam realizadas reuniões por regiões com intercâmbios e pactuações e  
184 finalmente o encerramento com a participação do Presidente Lula. Em seguida foi a  
185 vez do conselheiro Renato Maluf apresentar a estrutura do documento do balanço das  
186 ações de SAN. Apontou para a importância de não de perder o foco: em que medida  
187 as ações do governo e da sociedade civil estariam contribuindo para a construção de  
188 uma política nacional de SAN; fazer aparecer as ações estaduais na medida do possível  
189 e o caráter do documento-base de se ser mais informativo do que avaliativo. Assim,  
190 apesar do Encontro ter seu foco principal no plano nacional (CONSEA-Nacional e ações  
191 do Governo Federal), as reuniões preparatórias com âmbito estadual serviriam,  
192 também, como momento de avaliação das instâncias e ações tanto na esfera estadual  
193 como municipal. O documento base deverá ter a seguinte estruturação: contexto  
194 nacional e internacional (Esta parte do documento fará uma breve apreciação do  
195 contexto nacional e internacional no qual se desenvolve o processo lançado pela II  
196 Conferência Nacional de construção de um Sistema e da Política Nacional de SAN.);  
197 balanço das ações e políticas públicas (O balanço das ações e políticas públicas será  
198 composto de quatro partes); formulação e gestão (Apreciação de conjunto das ações e

199 políticas públicas e das instâncias que lhes correspondem cotejando-as com os  
200 princípios e diretrizes das políticas de SAN definidos nos documentos da II Conferência  
201 Nacional). O Balanço das ações do Governo Federal seria realizado com base nas  
202 informações prestadas pelos setores de governo envolvidos. Para tanto, a Secretaria  
203 do CONSEA elaborou uma matriz que agrupa as proposições prioritárias aprovadas na  
204 II Conferência por blocos temáticos; a matriz daí resultante foi encaminhada para  
205 setores de governo respectivos solicitando que respondessem, de forma sintética, às  
206 seguintes questões: a) Desenvolvimento de ações que contemplem (plena ou  
207 parcialmente) as proposições prioritárias aprovadas na Conferência, com justificativa  
208 nos casos de resposta positiva ou negativa; b) Em caso positivo, descrição das ações  
209 implementadas contendo objetivos, beneficiários, forma de implementação, parceiros,  
210 metas e resultados obtidos em 2004 e 2005 e formas de monitoramento e avaliação;  
211 c) Outras ações desenvolvidas que correspondam às proposições não prioritárias. A  
212 matriz seria encaminhada também às redes e movimentos sociais com expressão  
213 nacional. Em seguida, a conselheira Cleísa Cartaxo fez a apresentação sobre a  
214 mobilização pra o Encontro. O cronograma das atividades a ser cumprido seria o  
215 seguinte: prazo para recebimento das informações do GF: 15/03; envio para os  
216 estados: 04/10; envio dos nomes dos participantes ao Consea: 19/04; período  
217 sugerido para as reuniões estaduais: 11/04 a 08/05; prazo para enviar contribuições:  
218 10/05; conclusão da elaboração do documento para o Encontro Nacional: 17 e 18/05.  
219 Logo após, a conselheira informou que os participantes deveriam ser, prioritariamente,  
220 Conselheiros Estaduais e Delegados Estaduais que participaram da II CNSAN; podendo  
221 participar, ainda, Presidentes e/ou Representantes de CONSEA's Municipais; Delegados  
222 da última Conferência Estadual de SAN; Representantes da Sociedade Civil, ligados às  
223 questões de SAN e Representantes de Órgãos Governamentais relacionados às  
224 questões de SAN. Quanto aos representantes estaduais, o CONSEA Nacional  
225 disponibilizará 07 vagas para os CONSEA's Estaduais que realizarem os eventos  
226 preparatórios sendo: 4 representantes da sociedade civil, que terão despesas de  
227 passagem, alimentação e hospedagem durante o Encontro Nacional custeados pelo  
228 CONSEA Nacional; 2 representantes governamentais e 1 presidente do CONSEA  
229 Estadual, que deverão ser custeados pelo governo estadual. Caso o presidente do  
230 Consea Estadual seja representante da sociedade civil e não seja custeado pelo  
231 respectivo governo, ele será incluído na cota dos 4 representantes não  
232 governamentais. Caso o CONSEA Estadual não realize evento preparatório, serão  
233 disponibilizadas apenas 3 vagas, sendo estas para: 1 Representante da Sociedade

234 Civil; 1 Representante Governamental e o Presidente do CONSEA Estadual. Na escolha  
235 dos representantes estaduais que participarão do Encontro Nacional deverão ser  
236 observados os critérios equilíbrio de gênero e de grupos raciais. Cada Conselho  
237 Estadual deverá definir a melhor forma de se reunir para discutir o documento base e  
238 escolher seus representantes para o Encontro Nacional, seja através da realização de  
239 Conferências Estaduais, para os que já as têm agendado, seja através da realização de  
240 Encontros Estaduais ou Reuniões Ampliadas dos Conselhos. Em qualquer uma das  
241 alternativas, o importante é que o documento base seja amplamente discutido e que a  
242 escolha dos representantes estaduais seja feita da maneira mais democrática possível.  
243 Em ambos os casos, cada CONSEA Estadual deverá enviar uma cópia da ata do  
244 encontro em que foram selecionados os representantes estaduais para o CONSEA  
245 Nacional. Abertas as inscrições para o plenário, o conselheiro Alberto Ercílio disse da  
246 importância da divulgação do evento por parte das organizações da sociedade civil e  
247 parabenizou o trabalho realizado pela equipe que vem organizando o evento. Francisco  
248 Menezes complementou falando que a vídeoconferência deveria ser um momento de  
249 mobilização nos Estados, visando o Encontro. A Conselheira Elza Braga disse tratar-se  
250 de um momento de fortalecimento dos Conselhos Estaduais e Municipais e propôs que  
251 fossem convocados, como participantes, os participantes da II CNSAN e os  
252 representantes dos conselhos para a Videoconferência, uma vez que já possuem o  
253 acúmulo de informações que auxiliará na discussão. O Conselheiro Walter Belik sugeriu  
254 que, além do Governo Federal e a Sociedade Civil, fosse também encaminhada a  
255 mesma matriz, anteriormente enviada aos órgãos de governo, para os governos  
256 estaduais e, se possível, municipais, de forma a adquirir um caráter educativo: balanço  
257 dever mostrar o lado negativo (se não foi feito, por que?); tal ação permitiria aumentar  
258 a credibilidade e permitir que a III CNSAN considere os limitantes. O Conselheiro  
259 Ariovaldo Ramos parabenizou a equipe pelo trabalho realizado quanto ao balanço,  
260 dizendo que o mesmo contém também uma certa avaliação. Considerou importante  
261 que o evento esteja habilitado para entregar propostas aos candidatos ao governo,  
262 mostrando que os Conselhos são instrumentos de Estado e não de Governo. Segundo  
263 ele o evento deveria ressaltar o DHHA, para que tenha uma repercussão pedagógica,  
264 para além da filantropia. O representante do Ministério do Meio Ambiente, Roberto  
265 Vizentin, citou a Plenária do CONDRAF em Porto Alegre e os debates da II Conf. da  
266 FAO, que recolocou o tema no contexto internacional. A Secretária Executiva do MDS,  
267 Márcia Lopes, falou da importância do Encontro para a construção do Sistema, caso a  
268 LOSAN seja aprovada no 1º Semestre. Quanto a programação levantou uma dúvida:

269 deveria ter um painel sobre a implementação da política, tendo em vista a  
270 heterogeneidade dos Estados e a responsabilização destes (e dos municípios),  
271 incluindo temas tais como: como se organiza a política? Como se constrói fóruns?  
272 Como é o financiamento? Como se organiza a rede de serviços? Ou seja, uma vez  
273 aprovada a lei, como será normatizada nos 3 níveis? Esta é a oportunidade de se fazer  
274 este painel? O conselheiro Ribamar concorda com a necessidade de engajamento  
275 institucional dos estados e municípios e também focar no aprimoramento de  
276 mecanismos de controle social. O Conselheiro José Arimatéia disse que o controle  
277 social continua precário nos estados e municípios, que não há como escapar dessa  
278 discussão, sendo bastante importante o reforço do assunto. Em seguida, o conselheiro  
279 Pe. Matias reforçou o conceito mais amplo de SAN, que as deliberações da II CNSAN  
280 são inclusivas e dizem respeito às políticas mais amplas e intersetoriais, devendo ser  
281 superadas a visão de ações paliativas de transferência de renda e de atendimento dos  
282 mais pobres, enfocando a dimensão de cidadania associada a SAN e às ações  
283 estruturantes da Economia Solidária. Os Conselheiros Renato Maluf e Cleisa Cartaxo  
284 fecharam o bloco das discussões informando que está prevista a participação dos  
285 Conselheiros nacionais nos eventos. Renato Maluf afirmou ser importante a colocação  
286 feita pela secretária executiva do MDS, Dra. Márcia Lopes, no entanto, expressou que  
287 a discussão específica dos Conseas Estaduais deverá ser abordada em seminário  
288 específico, mas considerou que daria para incluir nos painéis a questão da integração  
289 dos entes federativos, dando como exemplo as iniciativas estaduais de leis e o que isto  
290 estaria representando nos estados. Quanto a declaração final do Encontro, devido a  
291 natureza híbrida do Conselho, que é governo e sociedade, ficaria estranho se dirigir  
292 aos candidatos, daí a preocupação de que seja uma manifestação da sociedade civil.  
293 O Conselheiro Adriano Martins ponderou que, na primeira proposta do  
294 Encontro, havia um painel sobre o sistema, mas como não poderia ser aprofundado, o  
295 Ato no Senado pareceu mais pertinente. O presidente Francisco Menezes observou a  
296 relevância da preocupação do conselheiro Ariovaldo e considerou que as redes da  
297 sociedade civil iriam elaborar um documento a ser entregue aos candidatos, que seria  
298 avaliada e aprovada no Encontro. Sobre a matriz elaborada pelo CONSEA e  
299 encaminhada aos órgãos de governo para a coleta de dados sobre as ações e diretrizes  
300 da II CNSAN, Renato Maluf informou que a proposta do conselheiro Walter Belik era  
301 interessante, porém, não caberia aos estados; considerou pertinente a divulgação  
302 como exemplo para que os conselhos estaduais viabilizassem a consulta aos governos  
303 estaduais, uma vez que cada Conferência Estadual definiu ações e diretrizes com

304 particularidades diferenciadas. O Conselheiro Ariovaldo Ramos reafirmou o importante  
305 papel do documento na consolidação da figura dos Conselhos. O Conselheiro Edmar  
306 Gadelha manifestou seu posicionamento dizendo que, caso não haja contrariedade do  
307 governo, que o evento deve sim, entregar a declaração fruto do evento aos candidatos  
308 à presidência da república. O Presidente Chico Menezes ressaltou a enorme  
309 receptividade do governo à proposta do evento, desde o primeiro contato com a  
310 secretaria executiva e o secretário da SESAN; essa disposição se refletiu no integral  
311 apoio, inclusive na viabilização financeira do evento; manifestou, ainda, a esperança de  
312 que cheguem todas as respostas dos órgãos. **PERÍODO DA TARDE:** A reunião  
313 reiniciou-se às 14h15 no auditório do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate  
314 à Fome, uma vez que os problemas de energia no Palácio do Planalto persistiam. O  
315 Presidente Chico Menezes citou as duas reuniões realizadas com os Coordenadores das  
316 Instâncias do Conselho cujo objetivo foi romper a setorialização das discussões, além  
317 de realizar avaliações dos trabalhos realizados em 2005 e análise do funcionamento  
318 das instancias, tendo sido elaborado documento síntese disponível nas pastas. Em  
319 seguida, convidou a conselheira Gleyse para apresentar a proposta de planejamento. A  
320 conselheira informou que a referida proposta de planejamento para 2006 considerou  
321 as seguintes perspectivas, em linhas gerais: ter prioridades claras, otimizando os  
322 esforços e a interlocução com a Presidência; considerar as especificidades do ano de  
323 2006 (último ano de governo, disputa eleitoral, etc.) e se deter, no planejamento, em  
324 um menor número de propostas a serem encaminhadas; Intensificar articulação e fluxo  
325 de informação com os CONSEAs Estaduais; reforçar postura propositiva, o que requer  
326 comprometimento com as propostas, mas não implica cooptação nem concordância  
327 integral com o Governo; avançar na mudança do perfil da Secretaria do CONSEA,  
328 visando ampliar capacidade técnica. No primeiro semestre: Garantir a aprovação da  
329 LOSAN; para isso: reforçar a mobilização social em prol desse objetivo, através de  
330 diversas iniciativas, com destaque para o abaixo-assinado, a ser entregue em ato no  
331 Senado, em maio, durante o Encontro Nacional; Consolidação e divulgação de temas  
332 anteriores: Alimentação Escolar; Abastecimento; Orçamento; Iniciar, no CONSEA, o  
333 debate sobre Renda Básica; Debater o Programa Bolsa Família, com foco nas  
334 condicionalidades, ações complementares e acesso por populações vulneráveis;  
335 Encontro Nacional do CONSEA, indicando a agenda a ser seguida até o final do  
336 mandato e deflagrando o processo de mobilização e preparação da 3ª. CNSAN – 22 a  
337 24/05/2006; Seminário de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras –  
338 Salvador, 03 a 05/05/2006. No segundo semestre: Regulamentação da LOSAN;

339 Preparação da III Conferência Nacional de SAN – realização de videoconferência; início  
340 das Conferências Estaduais; Oficina sobre institucionalidade da SAN (parceria com FAO  
341 – América Latina e Caribe); Incorporar a Segurança Alimentar e Nutricional no debate  
342 eleitoral; entrega da Carta aos Candidatos (aprovada no Encontro Nacional); Balanço  
343 das atividades (“prestação de contas”) e consolidação do CONSEA; Semana Mundial da  
344 Alimentação (tema a definir); Seminário sobre Controle Social (proposta dos Conselhos  
345 de Políticas Públicas; a ser organizado pelo CONDRAF, com apoio do CONSEA); Avaliar  
346 viabilidade de discutir novos temas já propostos, dada a sua complexidade: Água e  
347 Reforma Agrária; Temas para plenárias: Alimentação Saudável; discussão do quesito  
348 cor. Foram apresentadas as seguintes orientações para as instâncias após o  
349 aprofundamento do diagnóstico, iniciado na Plenária de Novembro/2005, no qual  
350 foram identificados os seguintes problemas: fragmentação das discussões e  
351 dificuldades para exercitar a intersectorialidade; baixa representação governamental na  
352 maioria das instâncias; parte dos conselheiros da sociedade civil também não participa  
353 das instâncias; falta de divulgação dos debates (só vão para Plenário as questões que  
354 exigem manifestação do Conselho); dificuldades para formulação de propostas  
355 (necessidade de suporte técnico); número excessivo de instâncias (necessidade de  
356 “enxugamento”); tendência equivocada de hierarquização das instâncias (Câmaras  
357 Temáticas >> Comissões Permanentes); excessiva abrangência dos temas sob  
358 responsabilidade das instâncias; risco de formalismo no funcionamento das instâncias.  
359 Com base nisso, viu-se a necessidade de que as instâncias repensem o seu  
360 funcionamento, aumentando sua efetividade, eliminando hierarquizações e  
361 estabelecendo contínua coordenação entre elas. Para tal, recomenda-se adotar as  
362 seguintes orientações: As reuniões das instâncias não precisam ocorrer  
363 ordinariamente; Priorizar Grupos de Trabalho, criados a partir de objetivos e resultados  
364 bem definidos; Diminuir o número de instâncias: estudar possibilidades de fusão ou  
365 funcionamento conjunto, a partir das prioridades e dos objetivos; exemplos: Câmara  
366 Temática 1+CP5; CP3+CP4; e CT2+CT3; Promover a coordenação política das  
367 instâncias, de forma a fortalecer as Plenárias, como instância de confluência das  
368 propostas. Orientou-se ainda que as instâncias, ao discutir o Planejamento 2006,  
369 considerem essas orientações e discutam a necessidade de reunirem-se  
370 ordinariamente ou de fusão, suspensão temporária das atividades e redistribuição de  
371 seus membros em Grupos de Trabalho ou em outras instâncias. Em seguida o  
372 presidente do CONSEA retomou a palavra citando o trabalho do grupo orçamento que  
373 deverá continuar ao longo do ano; Sobre a CP 2 – Das populações negras, o

374 conselheiro José Ribamar falou da proposta do seminário de SAN das populações  
375 negras propondo que se torne um evento do CONSEA Nacional, dada a dimensão do  
376 tema; e a conselheira Regina Miranda complementou dizendo da necessidade de ser  
377 realizada capacitação do quesito cor. Chico Menezes propôs fazer convocação do  
378 seminário de SAN das populações negras na videoconferência a ser realizada em 11 de  
379 abril. Em relação à CP 5, houve a deliberação da sua integração à CT1. Quanto à CP 6  
380 – Direito Humano à Alimentação Adequada, o conselheiro Pe. Matias disse da  
381 negociação do Curso de Capacitação em DHAA, à distância, com atividades presenciais  
382 1 vez ao mês; cujo público participante são os conselhos estaduais, com uma duração  
383 de 4 meses. A comissão permanente de direito humano à alimentação adequada  
384 solicita ao CONSEA que verifique a possibilidade de alocação de técnico em DHAA,  
385 para acompanhamento dos trabalhos do Conselho; haveria já a manifestação positiva  
386 do MDS, restando que o CONSEA formalize essa solicitação; falou, ainda, do  
387 levantamento de informações sobre a atuação dos CONSEAs Estaduais em Direito  
388 Humano à Alimentação Adequada. Os Conselheiros Renato Maluf e Moises Machado  
389 informaram sobre a Câmara Temática 1 – Produção e Abastecimento. O Conselheiro  
390 Renato disse que a Comissão organizadora do Encontro Nacional recebeu duas  
391 demandas específicas: DHAA e Populações Negras, disse ainda que concorda com a  
392 valorização dos grupos de trabalho e com as reuniões das Câmaras e Comissões mais  
393 espaçadas, além de promoção de reuniões conjuntas com outras instancias; São temas  
394 estratégicos da CT 1: - A Losan; Compras institucionais/ acesso à alimentação (GT);  
395 Biodiversidade (a definir como será o GT); Reforma agrária; Plano Safra e PAA  
396 (tratamento conjunto, na perspectiva do Plano Safra 2006/2007; já há calendário  
397 específico; todo ano, o ministro Miguel Rossetto apresenta as diretrizes para discussão;  
398 este ano vai se misturar as várias etapas). A Conselheira Sônia Lucena fez o relato  
399 sobre a CT 2 – Saúde e Nutrição começando por informar que não há possibilidade de  
400 fusão com outras instâncias, apesar do tema da nutrição estar presente em outras  
401 instâncias, a saúde é um tema específico e que a única participação é da CGPAN/MS;  
402 apontou para a possibilidade de que em 2006 ocorra o resgate da relação entre  
403 nutrição e saúde, ampliando a participação do Ministério da Saúde; falou ainda da  
404 proposta do seminário sobre Educação Alimentar e Nutricional previsto para ocorrer no  
405 segundo semestre, da retomada da discussão específica sobre o problema da  
406 terceirização da alimentação escolar e demonstrou preocupação quanto a expansão do  
407 programa PAA Leite. A Conselheira Elza Braga passou informações sobre a CT 3 –SAN  
408 para grupos populacionais específicos. Informou que a lei da alimentação escolar ficará

409 para a próxima plenária; além disso, a CT 3 vai discutir o Bolsa Família com foco nas  
410 dificuldades de inclusão das populações vulneráveis. Em relação a este ponto houve já  
411 discussão anterior, em 2004, cujo relatório continua válido, pois é um problema de  
412 difícil solução - se não é pelo Bolsa Família, talvez precise de programa específico.  
413 Sobre a Renda Básica relatou que não há acúmulo suficiente para começar a  
414 discussão na Câmara Temática 3, passando a discussão para a plenária. Apresentou,  
415 ainda, os temas a serem discutidos: atingidos por barragens; CONSADs; PAT deve ser  
416 discutido com a CT 2. Por último falou da necessidade de maior ligação com a CP 1 e  
417 CP 2 e que já haveria reuniões conjuntas agendadas. O presidente Chico Menezes  
418 complementou a questão do Bolsa Família: que iria surgir os primeiros resultados de  
419 avaliação do programa, o que deve ser objeto de discussão pelo CONSEA e também  
420 que seria iniciado o debate da relação do Bolsa Família com outros programas. A  
421 Secretária Márcia Lopes ponderou quanto questão das populações específicas  
422 informando que houve seminário nacional sobre populações tradicionais e que há o  
423 Comitê Nacional de Populações Tradicionais, com ampliação para representantes da  
424 sociedade civil, além do GT no MDS. Citou, ainda, o seminário sobre População de Rua  
425 e que é a primeira vez que o governo federal discute diretrizes de políticas para esses  
426 segmentos; quanto à demanda por técnicos em DHAA para o CONSEA, ponderou que  
427 há demandas para vários temas, mas os ministérios têm especialistas para vários deles  
428 e devem disponibilizar esse suporte para o CONSEA. A secretária falou ainda sobre as  
429 avaliações feitas pela SAGI e colocou a disposição cópias do balanço do acesso à  
430 documentação nos estados; Por fim, informou da realização do seminário, em Belo  
431 Horizonte, para apresentar os dados do censo das populações de rua, com discussão  
432 sobre a inclusão desse público no Bolsa Família. **Em seguida** foram concluídas as  
433 seguintes alterações na proposta de planejamento 2006 do CONSEA: 13 e 14/03 –  
434 Orçamento - Balanço da Execução 2005, Planejamento 2006 e Encontro Nacional;  
435 11/04 - Videoconferência – Preparação do Encontro, Plenária; 24 e 25/04 - Orçamento  
436 2006, PL Alimentação Escolar, Plano Safra; 26/04 - Apresentação das Pesquisas em  
437 Segurança Alimentar (MDS); 03 a 05/05 - Seminário SAN das Populações Negras (em  
438 Salvador); 22 a 24/05 - Encontro Nacional, Plenária; 26 e 27/06 - Bolsa Família/Renda  
439 Básica, Propostas para Orçamento 2007, Plenária; 28/06 - Discussão Política de  
440 Abastecimento/PAA (evento específico) - Proposta CP2 e CT1; 2º. SEMESTRE (a  
441 agendar) - Preparação da III Conferência; Debate com candidaturas; Oficina sobre  
442 institucionalização da SAN; Seminário Controle Social; Seminário Educação Alimentar e  
443 Nutricional; Reforma Agrária e Desenvolvimento; Plenária - 28 e 29/08 - Alimentação

444 Saudável/Água; 25 e 26/09 - Regulamentação LOSAN/Seguimento; Outubro - Dia  
445 Mundial da Alimentação (16/10); discussão sobre a consolidação CONSEA;  
446 Videoconferência deflagrada da III Conferência; Plenária Outubro: Início dos eventos  
447 preparatórios Estaduais (?); Plenária - 27 e 28/11: Discussão do quesito cor; Plenária  
448 11 e 12/12 a definir. O presidente Chico Menezes informou sobre a proposta de  
449 debate, em parceria com a FAO/Chile sobre a institucionalização da SAN (no segundo  
450 semestre de 2006) e sobre a discussão sobre reforma e desenvolvimento agrário, a  
451 agendar no 2º. semestre. Disse ainda, quanto às propostas apresentadas pela CP6 –  
452 DHAA, que sejam passadas para a CP 3 (articulação com os estados), as propostas de  
453 curso e depois apresentadas na plenária; o presidente reiterou que não é competência  
454 do CONSEA monitorar violações, e propôs que uma comissão dentro do CDDPH, que já  
455 foi efetivado e que, ao invés de trazer um técnico para o CONSEA, que se fortalecesse  
456 aquela comissão. O conselheiro Ariovaldo afirmou ter sido decisão da II CNSAN, que o  
457 CONSEA faria isso e se concordou em buscar solução que não sobrecarregasse o  
458 CONSEA; resta o monitoramento das políticas públicas, o que requer amparo técnico.  
459 Chico Menezes disse desconhecer a proposta e solicitou novas discussões da  
460 presidência do CONSEA com a CP 6 para equacionar o assunto. Informou que a  
461 regulamentação da LOSAN foi transferida para setembro. Em seguida iniciou-se a  
462 discussão do ponto referente ao orçamento 2005. O presidente Francisco Menezes  
463 convidou o representante do Ministério do Planejamento José Geraldo Diniz para a sua  
464 apresentação. Na apresentação foram destacados os seguintes pontos: As políticas  
465 públicas em desenvolvimento no Governo Lula priorizam: Crescimento com  
466 responsabilidade fiscal; Política Social; e Recuperação da capacidade de investimento.  
467 Em 2005, dos 1,573 trilhões de reais empenhados pela União, 82,19 bilhões de reais  
468 foram despesas discricionárias. O total da dotação das despesas discricionárias foi de  
469 93,67 bilhões de reais, sendo que, deste total, o limite financeiro para o gasto foi de  
470 82,44 bilhões. Dos 82,16 bilhões de reais da despesa discricionária liquidada, 6% foi  
471 para a área de produção, 14% para infra-estrutura; 16% para os poderes de estado e  
472 61% para a política social. Do total de 50,37 bilhões de reais investidos em política  
473 social, 65% foi destinado à área de saúde, 16% à área de educação, 13% ao MDS e  
474 6% às demais áreas sociais. Em relação às despesas discricionárias – poderes de  
475 estado (total de 13,23 bilhões de reais), 47% foram destinados ao Ministério da  
476 Defesa, 18% ao Ministério da Fazenda; 11% ao Ministério da Justiça e 24% a outros  
477 ministérios. No tocante às despesas com infra-estrutura, quase 50% do total foi  
478 destinado ao Ministério dos Transportes e, no que diz respeito aos gastos com o item

479 produção, 50% dos recursos foram destinados ao MDA. A seguir teve início a  
480 apresentação de Carmem Priscila Bocchi, da secretaria executiva do Consea. O tema  
481 da apresentação foi a Execução Orçamentária da União em 2005 - Ações Relacionadas  
482 à Segurança Alimentar e Nutricional. Num primeiro momento apontou-se para os  
483 antecedentes desta discussão. Em 2005, o CONSEA definiu como um dos temas  
484 prioritários o Orçamento Geral da União, visando: conhecer a inserção orçamentária  
485 dos programas e ações relativos à Segurança Alimentar e Nutricional; acompanhar a  
486 execução destas; e apresentar recomendações com vistas ao Projeto de Lei  
487 Orçamentária (PLOA) 2006. Para tanto, foram realizadas discussões nas diversas  
488 instâncias do Conselho e nas Reuniões Plenárias de março, maio, junho e setembro. O  
489 trabalho foi desenvolvido, ainda, com a colaboração do Ministério do Planejamento,  
490 Orçamento e Gestão – MP e dos técnicos das áreas orçamentárias dos diversos órgãos.  
491 Na plenária de junho de 2006 ocorreu a seleção final de programas/ações relativas à  
492 SAN e foram encaminhadas à Presidência da República as propostas dos  
493 Programas/Ações prioritários no OGU 2006. Os temas selecionados foram:  
494 Transferência de Renda; Agricultura Familiar – Plano Safra e Aquisição de Alimentos;  
495 Alimentação Escolar; Abastecimento Agroalimentar; Reforma Agrária; Saneamento;  
496 SAN no semi-árido; SAN dos povos indígenas; Ações Estruturantes; Vigilância e  
497 Atenção à Saúde; Acesso à Alimentação; Biodiversidade e Populações Tradicionais;  
498 Alimentação Saudável; Pesca e Aquicultura; SAN das pop. Negras; e Catadores de  
499 Material Reciclável. No tocante à execução orçamentária de 2005, realizou-se  
500 levantamento junto a Secretaria de Orçamento Federal/MP no que se referia à  
501 execução financeira e também junto à Secretaria de Planejamento e Investimentos  
502 Estratégicos, no que se referia à execução física. Os itens coletados foram: dotação  
503 atualizada, despesa empenhada, liquidada, paga, meta e execução física (SIDOR;  
504 SIAFI; SIGPLAN). No dia anterior à plenária foram realizadas apresentações  
505 detalhadas nas instâncias dos Consea. No total foram analisadas 187 ações,  
506 pertencentes a 51 programas. As ações relacionadas à SAN totalizaram, no orçamento  
507 da União em 2005, uma dotação atualizada (LOA + créditos) da ordem de R\$ 17,31  
508 bilhões de reais, tendo sido liquidados 13,99 bilhões, resultando, assim, numa relação  
509 entre despesa liquidada/dotação atualizada da ordem de 80,83%. Do total de 16  
510 temas selecionados pelo Consea para o acompanhamento da execução orçamentária, 4  
511 foram responsáveis por 83,36% do total das despesas em SAN, perfazendo um  
512 montante de 11, 67 bilhões de reais. São eles: Transferência de Renda; Agricultura  
513 Familiar – Plano Safra e Aquisição de Alimentos; Alimentação Escolar e Abastecimento

514 Agroalimentar (PGPM). Em relação à participação de cada tema no total das despesas,  
515 50% das despesas foram destinadas ao tema da transferência de renda (7 bilhões de  
516 reais), 16% ao tema da Agricultura Familiar – Plano Safra e Aquisição de Alimentos  
517 (2,26 bilhões), 9% ao tema da alimentação escolar (1,22 bilhões), 8% ao tema do  
518 abastecimento agroalimentar (1,15 bilhões) e 17% foram destinadas aos outros temas.  
519 Em relação à execução orçamentária (o que foi de fato gasto/liquidado em relação ao  
520 que foi orçado), tiveram execuções acima de 90% os seguintes temas: transferência  
521 de renda; alimentação escolar; acesso à alimentação e SAN dos povos indígenas.  
522 Abordou-se, ainda, a execução física de algumas ações: Distribuição de Alimentos a  
523 Grupos Populacionais Específicos, cuja unidade de medida era “família atendida”,  
524 possuía uma meta de 398.000, obtendo execução de 505.575; a ação Apoio à  
525 Alimentação Escolar, possuía uma meta de atender 37.135.000 alunos, tendo atendido  
526 36.400.000; Projetos de Assentamento Rural em implantação, com unidade de medida  
527 “família beneficiada”, possuía meta igual a 117.681, tendo executado 94.362; Fomento  
528 ao Des. Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos, cuja unidade de  
529 medida era “comunidade atendida”, possuía uma meta igual a 338, tendo executado  
530 230; Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, com unidade de medida igual a “indígena  
531 atendido”, teve meta e execução idênticas, correspondendo a 410.653; a ação  
532 Construção de Cisternas, com unidade de medida “cisterna construída”, possuía meta  
533 de 44.360, tendo obtido execução igual a 38.929; a ação transferência de renda com  
534 condicionalidades, cuja unidade de medida corresponde a “família atendida”, possuía  
535 meta de 8.700.000, obtendo execução igual a 13.993.178 (incluindo os programas  
536 remanescentes do bolsa família). A apresentadora comentou, ainda, as  
537 suplementações orçamentárias ocorridas nas ações da alimentação escolar e na de  
538 aquisição de alimentos da agricultura familiar, que ocorreram devido à demanda do  
539 Consea. A discussão nas instâncias, ocorrida no dia anterior, apontaram para as  
540 seguintes recomendações: realizar um acompanhamento e discussão mais  
541 aprofundada de ações consideradas prioritárias pelas instâncias; analisar as distorções:  
542 execução física e financeira 2005 e dotação para 2006, encaminhando solicitação de  
543 justificativa para os órgãos responsáveis; e estabelecer o tempo adequado para  
544 realizar as demandas, tanto das suplementações para 2006 quanto do orçamento para  
545 2007. O presidente Francisco Menezes abre a discussão com a inscrição do conselheiro  
546 Walter Belik que perguntou qual o valor referente ao orçamento do MDS vem do Fundo  
547 de Erradicação e Combate à Pobreza. A secretária Márcia Lopes respondeu que se  
548 trata de um fundo fonte e que praticamente todos os recursos são alocados no

549 programa bolsa-família. O Fundo tem a capacidade de receber doações e recebe as do  
550 Fome Zero, que são direcionadas, por sua vez, ao programa das cisternas. O montante  
551 foi significativo em 2004, caindo em 2005. Em seguida o representante do Ministério  
552 do Planejamento, José Geraldo, esclareceu que, sobre o Ministério do Meio Ambiente,  
553 houve uma suspensão de contrato de financiamento internacional, o que prejudicou a  
554 execução e os créditos suplementares, que foram repassados apenas no final do ano.  
555 O conselheiro Ariovaldo Ramos demonstrou a preocupação da Comissão Permanente 6  
556 (Direito Humano à Alimentação), reforçada pelos dados apresentados: no caso do  
557 Saneamento a não execução por inadimplência municipal é um atentado aos Direitos  
558 Humanos, pois é inadmissível que a população sofra pela descontinuidade dos serviços  
559 por conta da má gestão dos gestores públicos; solicitou ainda a presença do Ministério  
560 das Cidades e do Ministério da Justiça no CONSEA; falou sobre a necessidade de  
561 capacitação das instâncias do CONSEA nos direitos humanos à alimentação para  
562 subsidiar sua atuação e para análise das políticas públicas, não só do CONSEA  
563 nacional, mas dos estaduais e municipais, cobrando apoio do MDS para a realização de  
564 curso, conforme compromisso assumido em ocasião anterior. A Conselheira Elza Braga  
565 disse que a discussão realizada na Câmara Temática 3 (Programas para Grupos  
566 Populacionais Específicos), tratou de assuntos como: para o orçamento de 2006 e  
567 2007, o processo poderia ser aprimorado, no sentido dos ministérios justificarem tanto  
568 a baixa dotação quanto a baixa execução física ou financeira; eleger alguns programas  
569 que a Câmara poderia acompanhar durante o ano, procurando intervir no processo.  
570 Um dos eleitos foi o Bolsa-Família e também o acompanhamento dos programas  
571 estruturantes, ligados ao bolsa família, como os de geração de emprego e renda, que  
572 tiveram baixo desempenho. Em seguida a conselheira Regina Miranda lembrou que  
573 houve todo um trabalho no ano passado, de sugestão no orçamento. As sugestões,  
574 porém, não foram incorporadas no projeto de lei. Como fazer então que isto aconteça  
575 em 2007? Ou se tem capacidade efetiva de influenciar no orçamento ou a atuação do  
576 Conselho fica prejudicada. A conselheira Ana Placidino disse que a Acbantu, que é a  
577 instituição que ela representa no CONSEA, também faz parte da Comissão Nacional de  
578 Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais tendo constatado,  
579 pelo que foi apresentado, que a maior parte da violação dos direitos das comunidades  
580 e povos tradicionais tem sido feitas pelo Estado que grande parte dos recursos  
581 relacionados à população negra estão sendo direcionados às populações quilombolas e  
582 que mesmo assim se constata problema na execução. O que chama a atenção é que  
583 uma das populações mais fragilizadas – os catadores de materiais recicláveis –

584 ocuparam o último lugar tanto na execução física quanto orçamentária. Constatou que  
585 o racismo institucional está presente nos indicadores atuais. O Conselheiro José  
586 Ribamar apontou para a questão de que se está trabalhando com um orçamento  
587 contingenciado: um orçamento que vai se comprimindo até o mês de  
588 setembro/outubro e que, em setembro abre as portas e então se depara com a  
589 incapacidade de gestão da maioria dos órgãos. Acredita que é necessário desagregar  
590 algumas ações e acompanhá-las mais de perto em 2006, como é o caso da ação  
591 Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos, que  
592 passa de 5 milhões no orçamento de 2005 para 2 milhões e seiscentos em 2006.  
593 Reforça a questão do racismo institucional. O representante do Ministério do Meio  
594 ambiente, Roberto Vizentin, questionou a lógica da apresentação. Por exemplo, em  
595 relação ao Programa Amazônia Sustentável, disse tratar-se de um programa guarda-  
596 chuva, que contém um conjunto de ações que não incidem diretamente sobre os  
597 objetivos do Conselho. No que diz respeito às comunidades tradicionais e a população  
598 indígena, a execução do MMA foi acima do esperado. O que foi apresentado não  
599 condiz com a real política realizada pelos programas do Ministério. O representante do  
600 Ministério do Planejamento, José Geraldo, informou que, para um universo de mais de  
601 7.000 ações, o MP não conseguem acompanhar uma a uma (nem os órgãos  
602 conseguem), o MMA tem muitas ações. Sobre a inadimplência dos municípios  
603 (levantada pelo Conselheiro Ariovaldo) para as áreas da saúde, educação e Assistência  
604 Social, já há a excepcionalidade para o repasse de recursos (Lei de Responsabilidade  
605 Fiscal), incluindo os recursos da FUNASA para saneamento. Em seguida a conselheira  
606 Sônia Lucena disse que a Câmara Temática 2 discutiu Saneamento e considera um  
607 atentado à vida, pois há vários estudos mostrando a relação entre saneamento e  
608 mortalidade infantil. Prefeitos do interior desconhecem a existência de recursos,  
609 principalmente os pequenos municípios, que não tem consultores para elaborar  
610 projetos. Questionou ainda a baixa execução da ação da saúde da mulher (50%); em  
611 relação ao tema da alimentação saudável, disse ter havido problemas na execução do  
612 programa "Prevenção e Controle das Carências Nutricionais por micronutrientes",  
613 tendo havido a explicação por parte da CGPAM/MS sobre o ocorrido; entretanto, esta  
614 foi a única ação onde os recursos aumentaram, nas demais ações do programa  
615 alimentação saudável e o que ocorreu foi a redução dos recursos. Em seguida, o  
616 conselheiro Ubiraci questionou as questões ligadas à macroeconomia e a restrição  
617 orçamentária. O Senhor Alexandre, representante da FUNAI, disse que a demarcação  
618 de terras tem a ver com SAN, mas há dificuldades orçamentárias para a execução das

619 ações, pois há liberação dos limites só no final do ano. Reiterou o papel da FUNAI  
620 como interlocutora junto a outros órgãos, dada a complexidade da questão indígena. O  
621 conselheiro Adriano Martins afirmou a necessidade de se saber qual a demanda que  
622 gerou aquela meta e que o CONSEA deve definir prioridades. O conselheiro Renato  
623 Maluf apontou para os avanços do CONSEA na compreensão da peça orçamentária.  
624 Colocou duas questões, uma delas é saber lidar com a meta física: o que há por trás  
625 dela, reiterando a colocação anterior do conselheiro Adriano. A outra é fazer o caminho  
626 inverso: olhar o setor social que a gente quer considerar e ir para os programas. Por  
627 exemplo, considerando as comunidades quilombolas, quais os programas que estão  
628 sendo implementados e aí sim fazer uma avaliação das políticas públicas. Em relação à  
629 fala do Conselheiro Ubiraci concordou que sempre tem que ser considerada na  
630 discussão os determinantes macro. Acrescentou mais um determinante que é o  
631 Congresso Nacional, que foi convocado extraordinariamente para votar o orçamento e  
632 não o fez. O Conselheiro Edmar pediu um aparte para considerar a importante  
633 discussão da discussão da OGU e o PPA para a implementação do SISAN, a partir de  
634 2007. Em seguida o presidente Francisco Menezes apresentou os seguintes  
635 encaminhamentos: reiterou a preocupação da conselheira Regina Miranda de que não  
636 se pode fazer uma proposta, encaminhá-la a Presidência da República e não saber o  
637 retorno. É necessário fazer uma discussão com os próprios ministérios relacionados  
638 com a proposta. Cita o exemplo da diminuição dos recursos ligados à questão  
639 nutricional, sob responsabilidade do Ministério da Saúde. Também influenciar o  
640 momento em que o orçamento está sendo discutido no Congresso. O trabalho então é  
641 árduo. Uma segunda questão é a discussão das metas, conforme apontada pelo  
642 conselheiro Adriano, o que considerou não ser satisfatório que ficassem somente entre  
643 o conjunto dos conselheiros, as insatisfações. Propôs a elaboração de um documento  
644 reconhecendo os avanços, mas também apontando as insatisfações – para a  
645 Presidência da República e para os ministérios. Colocou ainda, a preocupação com a  
646 idéia de que os gastos do governo são altos (disseminada pela mídia), sendo que um  
647 dos principais problemas é o superávit primário. O conselheiro José Arimatéia retomou  
648 a sua proposta anterior, de realizar um debate com outros conselhos. O conselheiro  
649 Ariovaldo Ramos encaminhou a proposta de convocar o GT Fome Zero para colher  
650 informações sobre o monitoramento que está sendo feito por eles e qual a  
651 possibilidade de um trabalho conjunto. O presidente lembrou que está discussão seria  
652 realizada em abril. Logo em seguida iniciou-se os encaminhamentos das instâncias. O  
653 conselheiro Naidison Quintela, representado a Câmara Temática 1, fez as

654 apresentações das recomendações, cujas cópias foram distribuídas previamente aos  
655 conselheiros: (1) Recomendação de que o Governo Brasileiro adotasse posição  
656 contrária à comercialização de sementes estéreis, de forma permitir autonomia da  
657 agricultura familiar e a defesa da biodiversidade, a qual foi aprovada por unanimidade,  
658 sem alterações; (2) Recomendação de que o Governo Brasileiro adotasse posição  
659 favorável à identificação e rotulação de alimentos elaborados com Organismos Vivos  
660 Modificados (OVM), também aprovada por unanimidade, sem alterações, com o  
661 esclarecimento de que na véspera, em reunião com Ministros da área, o Presidente já  
662 havia tomado decisão nesse sentido; e (3) Recomendação de que sejam  
663 implementadas ações emergenciais de caráter estruturante para fazer frente à  
664 estiagem no semi-árido e a de que seja elaborada uma política de convivência com o  
665 semi-árido, também aprovada por unanimidade, sem alterações. ENCERRAMENTO:  
666 Sem mais a tratar, Francisco Menezes, Presidente do CONSEA, agradeceu a  
667 participação de todos, encerrando os trabalhos às 17:30h. Em tempo, a presente  
668 reunião foi gravada em áudio. Lavrou-se a presente Ata que, depois de lida e  
669 aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho, Sr. Francisco Menezes, e pelo  
670 Secretário, Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus  
671 Ananias, e rubricada pelos demais Conselheiros, para que se produza o seu efeito  
672 legal.

Brasília, 14 de março de 2006.

Francisco Menezes  
Presidente